

A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NÍVEL MÉDIO

Maially Bernardo Mendonça¹
Matheus Wesley Pereira dos Santos²
Maria Eduarda de Melo Paulino³
Natan Nascimento Leocádio de Medeiros⁴
Izaura Maria de Andrade da Silva⁵

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir fatores ambientais e pessoais que possibilitam a permanência e a aprendizagem de estudantes com deficiência do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio na Universidade Federal da Paraíba (NEJAEM - UFPB). Metodologicamente, este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa. Sendo assim, de modo a atingir os objetivos propostos e a partir do levantamento bibliográfico, foram elaboradas e realizadas entrevistas semiestruturadas, guiadas pelos pesquisadores, com as estudantes surdas matriculadas, uma intérprete de Libras e duas professoras do núcleo. A partir das entrevistas realizadas, foi possível obter uma compreensão maior acerca das dificuldades e facilidades desses profissionais na atuação como mediadores do processo educacional desses estudantes, pois a articulação, comunicação e trabalho colaborativo entre professores e intérpretes são fundamentais para facilitar a aprendizagem de estudantes surdos, bem como o processo de inclusão destes estudantes dentro dos espaços escolares. Além disso, é possível observar que os fatores externos dificultam a frequência das estudantes surdas nas aulas, portanto, geram um déficit de aprendizagem acerca dos conteúdos ministrados em sala de aula. Por fim, nota-se que a falta de capacitações, cursos e formação continuada tornam os professores inseguros ao realizar suas práticas pedagógicas de forma inclusiva.

Palavras-chave: EJA, Educação inclusiva, Ensino de surdos.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo discutir fatores ambientais e pessoais que possibilitam a permanência e a aprendizagem de estudantes com deficiência do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio na Universidade Federal da Paraíba (NEJAEM - UFPB). A educação de jovens e adultos (EJA) precisa percorrer um caminho que considera, para uma real efetivação do direito a uma educação, fatores como, por exemplo: (1) a

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, maillybm123@gmail.com;

² Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, matheuswesleyreal2020@gmail.com;

³ Graduada no Curso de Letras - Língua Portuguesa da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, eduarda_paulino@hotmail.com;

⁴ Graduando no Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, natan.leocadio@academico.ufpb.br;

⁵ Professora orientadora: Doutora em Educação, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, izamarasi@gmail.com.

importância de uma educação que busque respeitar o contexto local onde o estudante encontra-se inserido e suas necessidades, (2) as especificidades desses grupos e a necessidade de tratá-las como algo introdutório e não como impossibilidades, (3) a inclusão para incentivar a relação da sociedade com as escolas, contribuindo, assim, para uma maior participação nos processos educativos de todos que são relacionados a ele (UNESCO, 2021).

De acordo com o artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96), "A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida".

Sendo assim, a EJA vem estabelecendo-se como uma modalidade capaz de receber estudantes que foram excluídos por fatores sociais, econômicos e políticos. Para tanto, apontamos para uma dialogicidade entre a EJA e a educação especial, visto que ambas lidam com um processo histórico de exclusão. Entretanto, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) trouxe à tona, durante a sua elaboração, diversas discussões que se davam ao nível internacional sobre a educação especial. Ademais, promoveu um levantamento acerca da situação da educação especial no Brasil, delineou critérios para a identificação dos estudantes a serem atendidos por essa modalidade, buscou a transversalidade da educação especial em todos os níveis, assegurou o provimento de atendimento educacional especializado, estabeleceu uma formação esperada para a atuação nesse campo, e definiu como objetivos a participação da família e da comunidade, bem como a promoção da acessibilidade arquitetônica nos meios de transporte, nas comunicações, entre outros aspectos (BRASIL, 2008).

Dessa maneira, uma vez que buscava a educação especial em todos níveis e modalidades, não poderia deixar de mencionar a Educação de Jovens e Adultos como espaço de garantia de uma educação especial na perspectiva inclusiva, entendendo a função reparadora que a EJA tem e reconhecendo, por muitas vezes, a exclusão da pessoa com deficiência dos espaços educacionais.

Desse modo, **na modalidade de educação de jovens e adultos** e educação profissional, as ações da educação especial possibilitam a ampliação de oportunidades de escolarização, formação para ingresso no mundo do trabalho e efetiva participação social (BRASIL, 2008, p. 16, grifo nosso).

De modo a alcançar os objetivos propostos, o trabalho será dividido a partir dos seguintes tópicos: metodologia, na qual apresentaremos o percurso metodológico do trabalho; o referencial teórico; os resultados e discussões; e, por fim, as considerações finais.

METODOLOGIA

O presente trabalho configura-se metodologicamente pela abordagem qualitativa. De acordo com Minayo (1994), a pesquisa qualitativa observa o fenômeno e tenta compreender sua totalidade, mais do que focar em conceitos específicos, trabalhando a partir da coleta de dados e análise das informações.

Para aporte teórico deste trabalho, foi realizado um levantamento bibliográfico acerca das seguintes áreas de conhecimento: Educação Especial; Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação de pessoas surdas.

A pesquisa foi conduzida no Núcleo de Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio (NEJAEM), situado no Campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O estudo abrangeu o Ciclo 5 de uma das turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no turno noturno. Para a coleta de dados, adotou-se a técnica de observação não-participante.

Os participantes da pesquisa, identificados no lócus de investigação, compreendem: duas estudantes surdas, matriculadas no ciclo 5 do turno noturno; duas professoras efetivas, sendo uma responsável pela disciplina de Matemática e a outra pela disciplina de Inglês; e uma intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que desempenha suas funções no período noturno no referido núcleo.

Os dados coletados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas, os quais foram organizados em três distintos questionários. O primeiro questionário foi destinado aos estudantes com deficiência presentes no lócus de pesquisa, sendo que, neste contexto, foram identificadas duas estudantes surdas. O segundo questionário foi elaborado para abordar a prática pedagógica dos professores. O terceiro questionário foi direcionado à intérprete que atua no local da pesquisa, ambos durante o turno noturno.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) se configurasse como uma modalidade de ensino, foram implementadas alterações legislativas. O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), instituído em 1967, tinha como propósito alfabetizar a população

adulta em um período de 10 anos; no entanto, foi extinto devido à incapacidade de atingir o objetivo preconizado. Posteriormente, surge a Fundação Educar com metas semelhantes, visando à alfabetização desta parcela da população. Somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 é que a educação para pessoas adultas se torna um direito, de maneira compulsória e gratuita.

Por meio da Lei nº 13.632 de 2018, promoveu-se uma alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), incorporando nos princípios norteadores o reconhecimento do direito à educação ao longo da vida. Isso estabeleceu, pela primeira vez, a relação entre o conceito de educação e aprendizagem ao longo da vida com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Especial, dentro do contexto normativo da LDB 9.394/1996. É relevante destacar que, embora a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) já tenha abordado esse conceito em seu art. 28, esta foi a primeira vez, no âmbito da legislação que regula a educação no Brasil, que o termo foi mencionado.

Art. 3º [...]

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

[...]

Art. 58. [...]

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do **caput** deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei (BRASIL, Lei Nº 13.632, 2018).

Sendo possível, assim, observarmos que a legislação consegue promover uma visão mais holística e precisa acerca de uma educação inclusiva capaz de contemplar as questões educacionais e o papel social no seu desenvolvimento, alinhando-se com os marcos legais supracitados.

Essa evolução normativa, especialmente no contexto da Lei nº 13.632 de 2018, reflete uma conscientização crescente sobre a importância de uma abordagem inclusiva na educação. Ao incorporar o direito à educação ao longo da vida nos princípios norteadores da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a legislação passa a reconhecer a necessidade de considerar as particularidades de cada indivíduo em seu percurso educacional.

Ao estender essa perspectiva à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e à Educação Especial, a lei reforça a ideia de que a educação inclusiva não se limita apenas às etapas iniciais da formação, mas abrange todo o percurso educacional de cada cidadão. Essa abordagem alinhada com os marcos legais preexistentes, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), amplia o comprometimento do sistema educacional em garantir o acesso, a permanência e o sucesso de todos os estudantes, independentemente de suas características individuais.

Dessa forma, a legislação reforça a necessidade de uma visão abrangente que considere não apenas os aspectos pedagógicos, mas também as implicações sociais no desenvolvimento da educação inclusiva. Ao alinhar-se com esses marcos legais, espera-se que as instituições educacionais adotem práticas e políticas mais inclusivas, promovendo um ambiente propício para o pleno desenvolvimento de todos os estudantes, em conformidade com os princípios democráticos e igualitários da educação brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A entrevista foi conduzida com duas estudantes surdas do NEJAEM-UEPB. Ambas relataram possuir uma deficiência moderada, sendo que a estudante 1 adquiriu a deficiência aos 4 anos e a estudante 2, entre os 6-7 anos. Nesse contexto, tanto a estudante 1 quanto a estudante 2 afirmaram ser oralizadas e praticar a leitura labial. Ambas levavam de 30 minutos a 1 hora para alcançar o NEJAEM, utilizando diversos meios de transporte, incluindo bicicleta, ônibus da prefeitura e transporte público, bem como caminhada a pé, entre outros. Elas informaram que ficaram fora da escola por um período de 5 a 11 anos, em decorrência, principalmente, da maternidade.

Dessa forma, durante a entrevista, observou-se que ambas as entrevistadas atribuem a maternidade como motivo para o abandono dos estudos. Elas expressaram que:

Parou de estudar porque engravidou. (Estudante 1)

[...] o motivo que me fez parar de estudar foi a gravidez. (Estudante 2)

Portanto, o modo de produção capitalista gera contradições, sendo uma delas a divisão da sociedade em classes. Precisamente por essa razão, a formação de uma família pode representar um fator determinante para o abandono dos estudos por algumas mulheres que não

possuem condições econômicas favoráveis. Essa situação suscita questionamentos sobre a equidade no acesso à educação, evidenciando que mulheres menos favorecidas economicamente não gozam do mesmo direito educacional que suas contrapartes mais abastadas (FERNANDES, 2018).

Nesse contexto, as manifestações de preconceito sobrepujam-se, envolvendo questões relacionadas ao gênero, à deficiência, à posição social, entre outras. Além disso, é notável que as mulheres, pessoas com deficiência, e membros de classes socialmente subalternas, por exemplo, não questionam se incumbiria ao marido ou ao pai tomar medidas para evitar o abandono dos estudos, conforme mencionado por Fernandes (2018, p. 93). Isso possivelmente reflete uma construção social que pressupõe que as mulheres devem dedicar-se exclusivamente aos cuidados dos filhos, sem que haja uma participação ativa por parte dos pais.

A Prática Pedagógica une um conjunto de ações, serviços e conhecimentos que são fundamentais para o processo de ensino/aprendizagem dos estudantes e do professor. Nesse sentido, é importante refletir que a prática pedagógica não se restringe apenas a sala de aula. Nisso, Lira, Silva e Santiago (S/A, p. 4) afirmam que “A Prática Pedagógica não se constitui apenas de elementos presentes na escola, mas interage com os fenômenos políticos, sociais, culturais e educativos do qual os estudantes fazem parte”.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui uma modalidade de ensino destinada a um público que apresenta características particulares. Este enfoque educacional se configura como uma oportunidade para estudantes que, por razões de ordem pessoal, profissional ou familiar, interromperam sua trajetória educacional na idade convencional. Diante dessa modalidade de ensino, é imperativo que a prática pedagógica reconheça a realidade e o histórico desses estudantes, proporcionando, assim, um ensino com significado para este público.

A atuação ou prática do professor ou da professora constitui uma das dimensões essenciais da prática pedagógica. Nesse contexto, essa prática docente revela-se de extrema relevância para a construção do conhecimento dos estudantes, sendo considerada indispensável. Sendo assim, é um [...] fator primordial de ensino/aprendizagem nessa modalidade, cujo público-alvo apresenta especificidades quanto ao perfil dos discentes, experiências de vida, objetivos, anseios, curiosidades, aprendizagens, entre outros” (Lira, Silva, Santiago, S/A, p. 5-6). Observa-se que, no contexto do processo de aprendizagem dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), o professor necessita ressignificar sua prática pedagógica, buscando atender de maneira mais precisa às necessidades específicas desse público.

O ato de ensinar, segundo Paulo Freire, transcende a mera transferência de conhecimentos. Constitui-se em uma ação que pressupõe o respeito às diversas formas de

aprendizagem, além da utilização de metodologias que coloquem o estudante como elemento central do processo educacional. Ademais, considerar uma prática docente inserida na prática pedagógica implica contemplar uma abordagem que estimule o pensamento crítico do estudante, instigando-o a refletir sobre cada conhecimento adquirido ao longo de sua trajetória educativa.

Nisso, Lira, Silva e Santiago afirmam que “[...] o conhecimento numa perspectiva crítica contribui para o processo de conscientização dos estudantes” (S/A, p. 6), indicando que uma prática pedagógica precisa ter como princípio o estabelecimento de objetivos, finalidades e conhecimentos que formem estudantes e cidadãos críticos e conscientes. Oliveira (2007) destaca que “[...] dizer algo a alguém não provoca aprendizagem nem conhecimento, a menos que aquilo que foi dito possa entrar em conexão com os interesses, crenças, valores ou saberes daqueles que escuta” (p. 87) em concordância com o pensamento das autoras citado anteriormente.

Ao considerar as práticas pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), torna-se relevante avaliar em que medida o afastamento da escola impactou os estudantes. Identificar as dificuldades enfrentadas pelos alunos na turma possibilita estabelecer objetivos que atendam às especificidades do grupo, especialmente quando este inclui estudantes com deficiência. Nesse contexto, é imperativo que os participantes do processo educacional estejam atentos às demandas apresentadas pelos estudantes com deficiência, visando promover não apenas a inclusão desses alunos na sala de aula, mas também na instituição de ensino à qual estão vinculados.

Os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) demandam uma escuta ativa e compreensiva, uma vez que muitos estão ainda em processo de desenvolvimento de uma consciência acerca da importância dos estudos. Essa conscientização vai além do simples interesse em obter um certificado que proporcione mais oportunidades de emprego, envolvendo também a compreensão de que os estudos conferem aos indivíduos uma maior participação e atuação ativa na sociedade.

No âmbito das práticas pedagógicas na EJA, é essencial que o professor, de maneira específica, esteja ciente das desigualdades nos níveis de conhecimento presentes entre os estudantes de uma turma. Tal conhecimento é essencial para a elaboração de estratégias de ensino que considerem as necessidades de todos os estudantes, promovendo assim propostas de aulas que levem em conta suas peculiaridades individuais.

Oliveira (2007) aborda a reflexão de que alfabetizar adultos requer um trabalho diferenciado, pois, dentro de uma sala de aula de EJA contém estudantes com idades e fases

diferentes na vida e em níveis de conhecimento. Esse fator precisa ser levado em consideração nas práticas pedagógicas da EJA.

A mesma autora apresenta que existem currículos que são voltados para uma perspectiva mais tecnicista, e que, de certa forma, não contempla as necessidades específicas dos estudantes público-alvo da EJA. Nesse sentido, a autora afirma que [...] a tendência predominante das propostas curriculares é a da fragmentação do conhecimento, e a da organização do currículo numa perspectiva científica” (Oliveira, 2007, p. 86). Ou seja, para que essa tendência seja quebrada, o professor(a), em sua prática docente atrelada a prática pedagógica, precisa propor metas, ações, objetivos e finalidade numa perspectiva social crítica para atender não apenas o objetivo desse público-alvo atingir o mercado de trabalho, mas estabelecer uma relação consciente sobre seu lugar no mundo.

O papel do intérprete de libras no processo de ensino e aprendizagem de estudantes surdos torna-se fundamental, pois, para muitos professores a comunicação em libras é uma tarefa desafiadora e que, sem a mediação do intérprete em sala, não há comunicação eficaz. Nesse sentido, uma das professoras destaca:

Eles são de fundamental importância. Eles são o elo que nos ajuda na comunicação com os surdos. (Professora de inglês)

Nesse contexto, podemos ponderar que, embora o papel dos intérpretes de Libras seja crucial, estes não devem substituir a atuação dos professores em sala de aula. O docente detém a responsabilidade de transmitir os conhecimentos conforme delineados no planejamento educacional, enquanto o intérprete deve facilitar a comunicação entre professor e aluno. Ainda que alguns profissionais dessa área possuam conhecimentos pedagógicos, o que pode facilitar a interpretação de determinados conceitos educacionais, não devem desempenhar o papel de suceder a prática pedagógica do docente em sala de aula.

Neste sentido, a intérprete de libras, do lócus da pesquisa, enfatiza que

É muito importante a participação do professor no processo ensino-aprendizagem do surdo, adaptando algum material ou conteúdo, tudo para a melhor aprendizagem do aluno. (intérprete)

Por meio da fala da intérprete, podemos perceber que o trabalho entre professor e intérprete precisa estar articulado, ambos podem contribuir com seus diferentes conhecimentos

para promover uma educação de melhor qualidade para os estudantes surdos presentes em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que os fatores identificados, que contribuem para a permanência e aprendizagem dos estudantes com deficiência no local da pesquisa, estão vinculados à família, que motiva as estudantes a buscarem a conclusão de seus estudos, bem como a atuação da intérprete de Libras neste processo, a mediação nos aspectos comunicacionais, realizada pela intérprete junto aos professores e estudantes, tornou-se essencial para garantia de práticas pedagógicas inclusivas. Ademais, os docentes precisam de apoio, oportunidades e disposição para assegurar a incorporação de novos conhecimentos em seu repertório profissional.

Além disso, as estudantes com deficiência, assim como todas as mulheres, estão suscetíveis a preconceitos e a lugares delimitados, tanto social quanto economicamente, que deveriam ser ocupados numa sociedade capitalista e patriarcal. Contudo, ao serem estudantes com deficiência, outras barreiras surgem no percurso educativo de ambas. Sendo assim, as dificuldades pedagógicas, dialógicas e afetivas ainda perpassam todo o processo educativo dessas estudantes na Educação de Jovens e Adultos.

Esta pesquisa torna-se de suma importância na área da EJA e na área da Educação Especial, pois, muitas vezes, as pessoas com deficiência são invisibilizadas em sua fase adulta, e não são considerados os aspectos para além da deficiência. Ou seja, a maioria desses estudantes com deficiência tem outras ocupações sociais e pessoais, como, por exemplo, trabalho e casa/família.

Com isso, este trabalho apresenta aspectos de suma relevância para novas discussões e reflexões acerca da educação para pessoas jovens e adultos com deficiência e espera-se que esta pesquisa lance luz sobre novas investigações na área da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da Educação Especial. Pretende-se que os resultados obtidos possam inspirar ações e políticas educacionais mais inclusivas, considerando as múltiplas dimensões que envolvem o processo educativo de pessoas jovens e adultas com deficiência.

Ao abordar as complexidades enfrentadas por essas estudantes, tanto em termos pedagógicos quanto sociais, buscamos ampliar a compreensão sobre as barreiras existentes e, assim, fomentar a elaboração de estratégias mais efetivas para a promoção da inclusão educacional e social.

Portanto, espera-se que os achados desta pesquisa possam contribuir significativamente para o avanço do conhecimento nesse campo, subsidiando práticas mais informadas e sensíveis à esta temática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008.

BRASIL. Lei nº 13.632, de 6 de março de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida. Diário Oficial da União, Brasília, DF, mar. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13632.htm#art1.> Acesso em: 26 mai. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva / Secretaria de Educação Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010. 73 p.

DE ARAUJO, J. R. (2006). A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NA EJA E A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.

GONÇALVES, Josiane; GUIZOLFI, Thaís. A Inclusão do Aluno Surdo: um Estudo Sobre a Surdez na EJA. **Revista virtual da cultura surda, Edição, n. 16**, p. 1-32.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cadernos cedes**, v. 26, p. 163-184, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 21. Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

STROBEL, Karin. **História da educação de surdos**. Florianópolis: UFSC, 2009.

STRIEDER, Roque; ZIMMERMANN, Rose Laura Gross. A inclusão escolar e os desafios da aprendizagem. **Caderno de Pesquisa: pensamento educacional**, v. 5, n. 10, 2010.

UNESCO. Adoptar Una Cultura De Aprendizaje A Lo Largo De La Vida: Contribución A La Iniciativa Futuros De La Educación; Reporte; Una Consulta Transdisciplinaria De Expertos. Alemanha: UNESCO, 2021. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377810> > Acesso em: 14 jul. 2022.